

DOSSIÊ

Violência na/da escola: da urgência de estudá-la e da necessidade de caminhos para superá-la

Editores

Artur José Renda Vitorino e Maria Sílvia Pinto de Moura Librandi da Rocha

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

21 set. 2024

Versão final


21 jan. 2025

Aprovado

5 fev. 2025

Debates da Psicologia da Educação da região Sul do Brasil acerca da violência nas escolas

Discussions in educational psychology in Southern Brazil about violence in schools

Andreia Mendes dos Santos¹ , Laura Brito Gomes¹ , Fabiane Adela Tonetto Costas² , Aliciene Fusca Machado Cordeiro³ , Bento Selau⁴ 

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Ciências da Saúde e da Vida e Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, Brasil. Correspondência para L. B. GOMES. E-mail: <laura.brito@edu.pucrs.br>.

² Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria, RS, Brasil.

³ Universidade da Região de Joinville, Programa de Pós-Graduação em Educação. Joinville, SC, Brasil.

⁴ Universidade Federal do Pampa, Programa de Pós-Graduação em Educação. Jaguarão, RS, Brasil.

Como citar este artigo: Santos, A. M. *et al.* Debates da Psicologia da Educação da região Sul do Brasil acerca da violência nas escolas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 30, e2514544, 2025. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v30a2025e14544>

Resumo

A violência é um fenômeno social complexo, com raízes históricas e cujas manifestações transcendem a criminalidade. Nas escolas, o fenômeno da violência, apesar de não ser um elemento novo, ocorre no cotidiano institucional e sua caracterização vem se modificando. Historicamente associado à indisciplina, a violência nas escolas apresenta-se como um fenômeno em crescimento e com diferentes expressões. Este artigo traz em debate os conhecimentos da Psicologia da Educação para discutir a violência estrutural nas escolas com foco na região Sul do Brasil. Foram realizados três movimentos: a construção do estado do conhecimento das produções do eixo Psicologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Sul e Banco de Dados de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT); a análise dos dados do Atlas da Violência e do Observatório Escolar; e notícias veiculadas nos portais do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Como resultados, percebeu-se, entre as produções científicas, a supremacia da associação da violência escolar ao *bullying* em uma realidade que aponta a presença de outras expressões da violência nas escolas. Observou-se, também, o crescimento de episódios de violência extrema por meio de ataques às escolas e massacres da comunidade escolar. Nos Observatórios, constatou-se que apenas cerca de 8,8% dos registros correspondem à região Sul, denotando a fragilidade das notificações de violência no contexto escolar. Portanto, discutir a violência nas escolas é um desafio, pois ao mesmo tempo que a escola tem como função educar para a paz, o respeito à diversidade e combater a todo e qualquer tipo de preconceito e ódio, a violência nas escolas reflete os processos de desigualdade da sociedade. Em vista disso, é necessário problematizar e ser propositivo em relação a este fenômeno que compromete a aprendizagem, o conviver e a saúde física e mental das/dos educadores e estudantes.

Palavras-chave: Educação básica. Psicologia educacional. Violência.

Abstract

Violence is a complex social phenomenon with historical roots and whose manifestations transcend criminality. In schools, the phenomenon of violence, although not a new element, occurs on a daily basis and its characterization is changing. Historically associated with indiscipline, violence in schools is a growing phenomenon with different expressions. This article brings together the knowledge of educational psychology to discuss structural violence in schools, with a focus on the southern region of Brazil. Three steps were taken: the construction of the state of knowledge of the productions of the Psychology of Education axis of Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Sul and Banco de Dados de Teses e Dissertações the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT); the analysis of data from the Atlas of Violence and the School Observatory; and news broadcast on the portals of the Ministry of Education and the Ministry of Justice and Public Security. The results showed that, among the scientific productions, the association of school violence with bullying prevails in a reality that points to the presence of other expressions of violence in schools. There has also been an increase in episodes of extreme violence through attacks on schools and massacres of the school community. The Observatories found that only around 8.8% of the records correspond to the Southern Region, indicating the fragility of reports of violence in the school context. Therefore, discussing violence in schools is a challenge, because while the school's role is to educate for peace, respect for diversity and combat any kind of prejudice and hatred, violence in schools reflects the processes of inequality in society. In view of this, it is necessary to problematize and be proactive in relation to this phenomenon that compromises learning, living together and the physical and mental health of educators and students.

Keywords: Basic education. Educational psychology. Violence.

Introdução

Estudos de diferentes campos do conhecimento corroboram que a violência é um fenômeno social complexo, com raízes históricas e cujas manifestações transcendem a criminalidade, mas são determinantes para definir normas que regem a sociedade (Bernaski; Sochodolak, 2018). A violência é um fato polissêmico que afeta diferentes esferas sociais, ocasionando risco a um dos direitos mais importantes da humanidade: o direito à vida (Silva; Negreiros, 2020). Nesse sentido, a desigualdade social pode ser considerada um dos fatores históricos determinantes para a manifestação e o agravamento da violência escolar, pois se manifesta de várias formas: diferença entre classes sociais, raciais e étnicas, de gênero, religiosas, dentre outras. Dados da Organização das Nações Unidas classificam o Brasil em 89^o lugar em Índice de Desenvolvimento Humano, o que corrobora e demonstra ser o país uma nação extremamente assimétrica, pois dentre os 100 classificados, está entre os últimos 20 países mais díspares (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024).

Este artigo traz ao debate os conhecimentos da Psicologia da Educação para discutir a violência estrutural nas escolas, suas transformações e o aumento da violência extrema e massacres, tomando como case o Sul do Brasil, delimitado pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Assim, o foco deste artigo é a violência que se manifesta na escola. Corresponde a ocupar-se de qualquer forma de comportamento agressivo ou prejudicial que ocorra dentro do ambiente escolar e não se limitando a ações físicas, mas também manifestações verbais, emocional e psicológica, cujos efeitos podem ser devastadores, afetando não apenas as vítimas diretas, mas a comunidade escolar, podendo ocasionar problemas de saúde mental, baixo desempenho ou evasão escolar, danos físicos e emocionais e, até mesmo, tragédias como casos extremos de violência ou suicídios.

Dos conflitos à violência na escola: conceitos para compreender a violência estrutural manifesta nas relações escolares

A ocorrência de conflitos entre as pessoas é algo comum, e a escola não está livre dessas manifestações. A interpretação teórica pertinente de cada situação nas relações entre as pessoas

na escola é o grande divisor entre uma intervenção educativa adequada, mediada por profissional capacitado teoricamente, ou a intervenção coercitiva, exemplificada pela criação de escolas cívico-militares, com a colocação de agentes de segurança pública executando a função de “leões de chácara” nos conflitos, os quais utilizam como ferramentas de trabalho os berros ou as punições. É por isso que os resultados deste estudo começam com a afirmação: os conflitos são necessários para a manutenção da vida humana; a violência não. Assim, é importante a definição de alguns dos termos envolvidos neste texto.

Entendemos que o conflito ocorre quando duas ou mais pessoas possuem opiniões divergentes. De acordo com Hammes (2021, p. 71), “o conflito é compreendido como algo normal e a sua resolução pode indicar caminhos de paz ou de violência, dependendo da sua forma de resolução”, sendo que “a sua resolução depende da formação [...] das pessoas envolvidas”. Conflito é, portanto, resultado da não aceitação (ou divergência) a respeito de um ponto de vista. Ele ocorre nas mais diversas esferas: nas relações familiares, na escola, no trabalho, enfim, no cotidiano das relações humanas.

Guimarães (2004) salienta que o conflito não é sinônimo de desentendimento. Para o autor, “conflitos são normais e não são necessariamente positivos ou negativos, maus ou ruins. É a resposta que se dá aos conflitos, que os torna negativos ou positivos, construtivos ou destrutivos (p. 18)”. Segundo o autor, é a maneira de se resolverem os conflitos o que determina seu grau de influência (se por meios violentos ou não-violentos), indicando que a resolução não-violenta de conflitos é um campo fundamental para a educação para a paz. O diálogo entre os envolvidos é um bom exemplo para a resolução pacífica dos conflitos: essa é uma concepção freireana já bastante conhecida.

Deutsch (1973) se atenta às manifestações dos conflitos e, para isso, os associa com a imagem de um iceberg no mar: há sempre uma camada oculta do conflito. Implica dizer que nenhum conflito é exatamente como se apresenta em sua superfície; inclusive, sua parte oculta é, geralmente, muito maior do que sua parte visível. Nesse sentido, cabe pensar que um conflito aparente, que emerge em determinadas situações, acaba por anunciar um conflito latente (oculto) que causa sua manifestação explícita.

Como indicado anteriormente, o contexto educacional não está livre de conflitos. Na escola, sujeitos ímpares e diversos passam a conviver regularmente, e disso pode surgir uma gama de necessidades não atendidas e opiniões divergentes que podem evoluir para interações conflitivas. A dificuldade em conviver com as diferenças, aliada às regras e mecanismos que regem a instituição escolar, corroboram para a ebulição destes fenômenos.

Nesse íterim, é importante considerar os fenômenos internos e externos dos sujeitos. A convivência social pode ser um fator contribuinte para os conflitos na escola. Contudo, isso não desqualifica o que Deutsch (1973) propõe com a noção de um conflito oculto: este pode ser trazido até a escola, implicando em sua manifestação aparente dentro desse ambiente. As ideias deste autor são importantes para se evitar cair na individualização dos conflitos, o que ocorre frequentemente nas escolas. É preciso investigar o que causa certa manifestação conflituosa, não excluindo a possibilidade de violências estruturais, sistêmicas, culturais e históricas que chegam até o ambiente escolar através das interações entre os sujeitos que compõem a instituição.

Entendemos os conflitos como manifestações intrínsecas às relações humanas, sendo naturais e inevitáveis em nossas interações. Isso faz cair por terra a atribuição pejorativa concedida a esses fenômenos, pois reiterando, uma resposta saudável a um conflito, pode contribuir positivamente para as relações interpessoais, garantindo o desenvolvimento e aumento da empatia, da criatividade para solucionar problemas. Por outro lado, respostas inadequadas a um

conflito podem ocasionar episódios de violência capazes de marcar negativamente as relações entre sujeitos, por vezes requisitando o investimento de terceiros ao buscar intervenções. Cabe à comunidade escolar o esforço para a resolução não-violenta dos conflitos emergentes primando pelo diálogo e respeito entre os envolvidos.

Dialogia – profissionais da escola – professores

Chamamos a atenção para um aspecto envolvido na resolução de conflitos: ela depende, também, da formação das pessoas envolvidas. Se especificarmos o debate para o âmbito escolar, nós temos como unidade de análise para a resolução de conflitos o professor ou a professora. Partindo do ponto de vista que, simplesmente, colocar Policiais Militares aposentados (sem formação teórica em Ensino Superior) para conterem as crianças na escola é uma ideia sem fundamento, vamos atentar para o questionamento: como está o processo de formação de professores diante da violência que se manifesta na escola? Oliveira, Oliveira e Protásio 2022, p. 247) propõem que se deva olhar atentamente para o fenômeno do aligeiramento no processo de formação de professores. Para estes autores,

Cada vez toleramos menos as tarefas que exigem tempo, aprofundamento ou estudo. Queremos respostas rápidas, receitas, fórmulas, procedimentos passo a passo ou dicas de como realizar tarefas. Esse misto de imediatez e superficialidade é ofertado como substituição do “teórico”, havido como ineficiente e aborrecido, pelo “prático”, supostamente capaz de poupar nosso escasso tempo, talvez a mercadoria mais valorizada da nossa época.

Embora seja pertinente e necessário questionar sobre a formação docente e um suposto aligeiramento dos processos formativos, a pesquisa de Gomes (2021) propõe uma discussão sobre a inserção do tema transversal da violência escolar nos currículos de formação de professores. Para o autor, os responsáveis por gerir os conflitos na escola, que são os professores e os gestores, encontram-se destituídos de saberes teóricos que lhes permitam manejar com tais situações, pois o que se coloca de forma estanque como elementos formativos são a formação docente, o currículo e a violência escolar. Há urgência de uma formação que os contemple de forma interseccionada. Corroborando com essa afirmação, para Garcia-Silva e Lima Júnior (2022, p. 3), “os cursos de licenciatura têm negado acesso a um conjunto de saberes sobre a violência, o que dificulta o trabalho dos professores em ambientes marcados por esse tipo de experiência”. Nesse sentido, no processo de formação docente para o trato da violência escolar, há de se considerar que esta também os atinge, levando ao esgotamento e, em muitos casos, ao abandono da carreira profissional. Simões e Cardoso (2022) realizaram um levantamento sobre os principais elementos de esgotamento docente com professores da rede municipal de São Paulo, que haviam recebido indicação para psicoterapia. O fator violência escolar aparece como um dos impactantes na saúde mental dos docentes, destacando-se o fato de terem sofrido agressão na escola.

No que tange a violência escolar ser uma das principais causas do abandono da carreira profissional no Brasil (Garcia-Silva; Lima Júnior, 2022), faz-se necessário considerar os processos objetivos e subjetivos que constituem a violência escolar. Em termos objetivos, a violência pode ser caracterizada como crime, incivilidade e violência simbólica. Nos aspectos subjetivos, “podemos distinguir diferentes graus de banalização que, no sentido empregado por Arendt, designa a superfluidade e a superficialidade das relações humanas em sistemas totalitários” (Garcia-Silva; Lima Júnior, 2022, p. 1). Portanto, além de pensar a formação desses profissionais para lidarem com situações estressantes advindas de atos de violência que envolvam os estudantes, suas famílias e

membros externos à escola, deve-se ponderar conteúdos que lhes permitam constituir estratégias pessoais de enfrentamento à violência escolar para que haja, tanto preservação da saúde mental docente, evitando o número elevado de desistências da carreira profissional, quanto a redução de suas consequências em relação aos estudantes.

Assim como o conflito, a agressividade não pode ser vista, necessariamente, como algo negativo. Bohm (2021) chama atenção para o fato de que a agressividade não carrega valoração somente positiva ou negativa, antes, apresenta a ideia de movimento, de ação. Para Guimarães (2004), a agressividade pode ser entendida como uma força para o ser humano superar obstáculos e limitações próprias do cotidiano. Daí a importância de contextualizar a ocorrência desses fenômenos. Todavia, a agressão está, sim, na origem de comportamentos destrutivos, manifestando-se como atos violentos contra outros. A agressão compõe a base para a resolução violenta de conflitos. E aqui chegamos à definição de violência abordada neste estudo.

O que de antemão se afirma é que a violência escolar é produzida por questões estruturais e de ordem macrossocial. Como ponto de partida, adotamos a concepção de violência como uma variedade de comportamentos e ações que podem ocorrer em quaisquer espaços e instituições onde os sujeitos estejam causando danos, dor ou sofrimento a indivíduos ou grupos, bem como a compreensão de que uma parcela importante das origens da violência reside em problemas estruturais, vulnerabilidades, desigualdades e na precarização das condições de vida da população (Carvalho; Barroco, 2021).

Mais especificamente, ao refletirmos sobre a violência que se manifesta na escola, problematizamos que este fenômeno vem se transformando e ganhando novos contornos. Se historicamente a violência na escola encontrava-se vinculada à indisciplina, a associação entre velhos problemas e a presença de novos elementos, como a pandemia e o *cyberbullying*⁵, entre outros, vem assumindo funções agenciadoras para que a violência se torne um fenômeno constante. Ademais, é longa a lista de situações violentas corriqueiramente praticadas em espaços de ensino, seja no âmbito verbal, físico ou psicológico, bem como a gravidade dos casos, chegando ao extremo de ataques armados ou massacres praticados especificamente por alunos ou ex-alunos.

Apesar disso, observa-se a invisibilidade da violência escolar decorrente da ausência de registros oficiais, indicando haver uma lacuna na própria compreensão e nas formas de enfrentamento desse problema. Tal consideração exige análise, pois as causas subjacentes e as barreiras que impedem elaboração de dados anunciam a presença de uma cultura de silêncio, de falta de conscientização sobre a gravidade do fenômeno ou a ausência de políticas, incluindo-se a falta de protocolos claros, assim como preocupações com a reputação da escola, ou até obscurizar problemas de segurança pública. Normalmente, apenas os casos de violência letal na escola têm encontrado espaço para mobilizações:

A violência contra crianças e adolescentes no ambiente escolar chocou o país no início do ano, com a chacina que ocorreu numa creche em Blumenau; e novamente, em outubro, com outra tragédia na Escola Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo. O debate sobre o tema recrudescu, fazendo com que diversas secretarias de segurança pública anunciassem planos e ações para a segurança escolar, além da questão entrar na agenda parlamentar de vários estados (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 35).

Assim, o problema da violência na escola pode ser interpretado à luz das múltiplas violências associadas. Portanto, distinguindo a violência na escola, violência à escola e violência da escola não

⁵ *Cyberbullying* é uma forma de *bullying* que ocorre através de meios eletrônicos, plataformas online e redes sociais.

se refere a uma mera retórica. Almejamos, ao decorrer do texto, discutir essas diferenças em especial com as contribuições da Psicologia da Educação. Compreendemos a urgência de visualizar e interferir no problema a partir de múltiplos sistemas e considerar a violência estrutural como determinante nas associações que chegam à escola.

Percurso Metodológico

A realização do estudo que sustenta este artigo deu-se com três movimentos, a constar: a construção do Estado do Conhecimento das produções do eixo Psicologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Regional Sul (ANPEd Sul) entre os anos 2016 e 2022, seguido da ampliação das buscas no Banco de Dados de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT) (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>) entre o período 2018 a 2023; a análise de dados apresentados pelo Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023) e do Observatório Escolar e, no terceiro movimento, a análise de notícias veiculadas nos portais do Ministério da Educação (MEC) (<https://www.gov.br/mec/pt-br>) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) (<https://www.gov.br/mj/pt-br>).

Os movimentos anunciados acima indicam que o estudo aqui apresentado é de cunho bibliográfico e documental, considerando que:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 6).

Portanto, recorrer a diferentes fontes traz para este estudo uma composição de materiais e possibilidades de análises que corrobora para evidenciar os conhecimentos da Psicologia da Educação para discutir a violência nas escolas com foco na região Sul do Brasil. A construção das análises por meio das fontes acessadas seguiu percursos distintos que permitiram aprofundar o fenômeno da violência pela perspectiva da Psicologia da Educação.

Dessa forma, utilizou-se do Estado do Conhecimento, pois contribui para a ruptura com os pré-conceitos que o pesquisador porta ao iniciar o seu estudo (Morosini, 2015) e fornece um caminho epistemológico dialógico (Morosini; Fernandes, 2014). Além da familiarização com demais produções em voga dentro da temática a ser estudada, tal ferramenta não se restringe a identificar a produção, mas também a analisá-la, categorizá-la e revelar os seus múltiplos enfoques e as perspectivas utilizadas pelos pesquisadores (Cock *et al.*, 2022).

Nos concentramos nas produções do eixo de Psicologia da ANPEd Sul nesta pesquisa, pois ela é um importante veículo de compartilhamento de informações científicas, especialmente em nossa região de interesse (Selau *et al.*, 2023). Recorremos também à BDTD como banco de dados porque ela reúne um extenso acervo de teses e dissertações brasileiras. Nela utilizamos os descritores “violência na escola” e “violência escolar” e filtramos os trabalhos originários da região Sul do país.

Outra fonte utilizada foi o Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2023), realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e desenvolvido desde 1998. A partir de 2011, com publicação anual, a violência é retratada por meio dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade e do Sistema de Informação de Agravos

de Notificação do Ministério da Saúde. O Observatório Escolar (<https://observatorioescolar.com.br/>) é um projeto jornalístico que reúne dados públicos ou veiculados na imprensa em um banco de dados sobre a violência na escola, praticada por adultos contra alunos da educação básica. Essa fonte foi considerada fundamental, pois, apesar das autoras do Observatório explicitarem que os dados não representam a totalidade dos casos de maus tratos, assédio sexual, estupro de vulnerável e outros crimes praticados contra crianças e adolescentes, o projeto apresenta uma compilação de denúncias de violência praticadas por escolas e educadores contra os estudantes dentro do ambiente escolar. Tais denúncias foram veiculadas na imprensa a partir de 1º de janeiro de 2017.

A pesquisa nas bases públicas do Atlas e do Observatório escolar alinham a investigação em direção às pesquisas no cotidiano “que reclama de uma sensibilidade sociológica atenta às experiências da vida cotidiana” (Pais, 2013, p. 1), objetivando a compreensão de fenômenos sociais complexos e configurando-se em uma das formas de fazer pesquisa em Psicologia Social (Cardona et al., 2014), nas Ciências Sociais (Stecanela, 2009) e na Educação (Alves, 2007; Ferraço, 2007). Assim, as pesquisas sobre/com/no cotidiano apresentam-se como possibilidade de verificar os acontecimentos por meio de seus próprios praticantes, como anuncia Certeau, e avaliam o sentido da experiência humana, indo ao encontro da teoria benjaminiana e de outros estudiosos do campo.

Buscamos analisar notícias veiculadas nos portais do MJSP e do MEC, no período entre junho de 2013 (quando a primeira notícia foi lançada) e abril de 2024 (notícia mais recente no tempo de escrita deste texto). Em seguida, nos dedicamos aos procedimentos e à construção analítica das informações.

Procedimentos e construção analítica das informações

Ancorados em Kohls-Santos e Morosini (2021), consideramos em nosso estudo quatro etapas para efetivar a análise dos dados. A primeira delas se refere ao *corpus bibliográfico anotado*, que considerou os descritores “violência na escola” e “violência escolar” de forma cruzada às produções da região Sul do Brasil. Buscamos identificar e selecionar elementos materiais que serão componentes de nossa análise. A segunda etapa, denominada *bibliografia sistematizada*, abarcou a leitura flutuante dos resumos de teses e dissertações, delimitando quais efetivamente compuseram a análise e a produção escrita deste artigo.

A terceira etapa, nomeada como *bibliografia categorizada*, desenvolveu um rearranjo da materialidade encontrada a partir da sistematização realizada na etapa anterior. Esta dimensão originou categorias de análise que fundamentaram o processo analítico. Por fim, a quarta e última etapa, chamada de *bibliografia propositiva*, que partiu da análise já efetivada, estruturou e demonstrou o que já existe nas publicações, prospectando futuras apreciações sobre o tema deste artigo.

Resultados e discussões: a produção do conhecimento sobre a violência nas escolas

Faria et al. (2023, p. 9) indagaram “como os resultados das pesquisas ou dos estudos contribuem para os desafios que se apresentam à educação e como a Psicologia da Educação apresenta suas contribuições”. Provocados, procuramos responder ao questionamento a partir das produções do eixo da Psicologia da Educação na ANPEd Sul, considerando a participação em três das quatro reuniões ocorridas, uma vez o eixo 15 da regional Sul ter sido descontinuado no ano de 2020 devido à baixa participação (Selau et al., 2023). Sem embargos anunciamos não haver, entre as palavras-chave dos 27 trabalhos publicados, a presença do descritor “violência”. Os temas,

objeto das publicações foram: “desenvolvimento e aprendizagem”; “educação e subjetividade”; “educação inclusiva/inclusão”; “metodologia de pesquisa e aportes teóricos”; “outros”; “psicologia e educação”; e “trabalho e formação docente”.

Neste diálogo que se propõe travar, o argumento de que “os tempos são de exacerbação da desigualdade, de enfrentamentos às exclusões e violências estruturais e a demanda é de que a produção acadêmico-científica considere os homens reais em desafios históricos reais” (Faria *et al.*, 2023, p. 11), nos questionamos se a ausência da expressão ‘violência’, de fato, significaria o não reconhecimento deste fenômeno social e – sem cerimônia – anunciamos que não parece ser o caso.

Entendendo que em nossa sociedade capitalista a violência é um fenômeno multideterminado e estrutural, as pesquisas apresentadas podem não estar discutindo diretamente esse conceito ou tema, mas ele se relaciona com muitas das temáticas abordadas nos trabalhos apresentados. Contudo, o silenciamento de pesquisas relacionadas à violência de forma direta deve ser considerado como um convite/alerta para investigação e partilha sobre esse fenômeno tão presente na cotidianidade dentro e fora das escolas.

Assim, como parte desse primeiro movimento de nossa pesquisa, ampliamos as buscas no BDTD-IBICT onde identificamos 92 produções. Dessas, 69 dissertações e 23 teses, sendo que, entre elas, duas dissertações originaram-se em instituições de Ensino Superior do Sul com as temáticas da justiça restaurativa (Urbanek, 2019) e o *bullying* (Pereira, 2020) – este também presente no Atlas da Violência (segundo movimento) que, na edição de 2023, aborda a violência contra crianças e adolescentes na escola. Essa edição evidencia o crescimento dos casos de *bullying*, considerando-o incremento do fenômeno do *cyberbullying*, responsável por intenso sofrimento psíquico, inclusive casos de suicídio. Segundo o documento,

O problema da violência na escola pode ser interpretado à luz das múltiplas violências associadas. Essa violência é realizada, em geral, por jovens e, ao mesmo tempo, vitimiza jovens vulnerabilizados por condições econômicas e de classe e por situações familiares de desproteção social. A violência, nessas situações, se desdobra potencialmente, e não de forma automática, por um lado, em agressão física e material, quando, além do sofrimento psicológico, causa ferimentos corporais, tendo como limites extremos o homicídio e o suicídio; por outro lado, tem-se violência simbólica, como *bullying*, insultos, agressões verbais e físicas de menor gravidade. Ambas as formas de violência atravessam a escola de ponta a ponta (Cerqueira; Bueno, 2023, p. 36).

É de se considerar que, apesar da gravidade deste fenômeno, o *bullying* é apenas uma das expressões da violência nas escolas, diferenciando-se pela intencionalidade e recorrência das ações. Este possui três aspectos marcantes no que diz respeito à sua caracterização: (a) que o ato agressivo não é produto de uma provocação; (b) que a atitude *bully* não é ocasional; e (c) que é desigual o poder exercido entre alunos agressores e vítimas (Zequinão *et al.*, 2016).

Outro elemento importante é que o Observatório Escolar abarca 238 casos registrados de violência entre 2017 e abril de 2024. Destes, 158 em escolas públicas e 64 na rede privada; 92 denúncias referentes a creches, 36 estupros de vulnerável e 35 crimes contra estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Neste contexto, 8,8% (N=31) dos casos correspondem a Região Sul, destas 45,2% (N=14) no estado do Paraná, 29% (N=9) em Santa Catarina e 25,8% (N=8) no Rio Grande do Sul.

Mas como a temática da justiça restaurativa se relaciona às escolas? Os primeiros registros que apontavam para uma perspectiva restaurativa no âmbito da justiça surgiram nos Estados Unidos em 1970, sob a forma de mediação entre réu e vítima, e depois foram adotadas por outros

países como o Chile, Argentina e Colômbia, com destaque para a experiência da Nova Zelândia. No Brasil, desde 2005 práticas inspiradas pelo novo modelo de Justiça vêm sendo implementadas, assim como impulsionam novos estudos.

A Justiça Restaurativa é um campo em expansão para atuar no desenvolvimento de modelos relacionados às políticas públicas da infância e da juventude; com ênfase no Estatuto da Criança e do Adolescente que visa ao atendimento integrado do adolescente no Sistema de Justiça e as escolas têm criado espaços para o exercício desta prática dialógica e emancipatória na concepção de uma educação não mais voltada somente para o conteúdo, mas uma educação voltada para a cidadania (Grossi et al., 2009, p. 503).

Assim, em escolas, as experiências restaurativas ainda podem ser consideradas recentes. A cidade de São Caetano do Sul/ SP foi o berço da implementação dessas práticas e, posteriormente, em Porto Alegre/RS, foi desenvolvido um projeto piloto articulando as estratégias dos círculos restaurativos para a promoção da cultura de paz (Grossi; Gershenson; Santos, 2008). Contudo é preciso atentar à expressão “cultura” que compõe a “cultura da paz”. Isso significa que trabalhar a paz é um fenômeno abrangente, carregando em si o pensamento hegemônico no qual a paz somente é possível na ausência de conflitos e/ou de que paz é um estado que pode ser atingido de forma individual como por exemplo por meio de técnicas de *mindfulness*, campanhas pontuais, palestras etc. Assim, é preciso atentar que os fenômenos relacionados à violência e a paz estão inseridos em uma totalidade que deve ser considerada quando se busca soluções.

No terceiro ciclo de informações, identificamos 604 notícias considerando as palavras-chave “segurança na escola” e “violência na escola”. Destas, 181 no portal do MJSP e 423 do MEC. Nos portais, foram selecionadas notícias ou que tratavam do contexto nacional ou que versavam sobre a região Sul do Brasil. Foram, respectivamente, selecionadas 33 e 57, nos portais do MJSP e MEC. Quanto ao conteúdo a ser comunicado na notícia, que tinham como tema a violência nas escolas, a “Operação Escola Segura”⁶, seguida por “violência nas escolas” e “ataques em escolas” foram as mais recorrentes. Do conjunto dos conteúdos, observa-se, na Figura 1, a intencionalidade do setor em intervir sobre a violência nas escolas, especialmente por meio de leis e ações de repressão nas escolas.



Figura 1 – Nuvem de palavras originadas da análise dos Portais do MJSP e MEC.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

⁶ A “Operação Escola Segura” é uma iniciativa federal implementada no Brasil com o objetivo de aumentar a segurança nas escolas por meio de ações preventivas e repressivas, já tendo efetuado 400 prisões e apreensões até 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/lancada-em-abril-operacao-escola-segura-ja-efetuou-400-prisoas-e-apreensoes#:~:text=A%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Escola%20Segura%20atua,Pol%C3%ADcias%20Civis%20e%20Pol%C3%ADcia%20Militar>.

Já no portal do MEC, a segurança nas escolas, as estratégias da justiça restaurativa e a cultura da paz, assim como motivações à violência, tais quais o *bullying* e o impacto deste nas escolas – percebido por meio de notas de repúdio – vem ocupando este meio de socialização de notícias. A análise dos portais permitiu reconhecer que a violência nas escolas “ganha” atenção com o crescimento dos casos de violência extrema, por meio de ataques e massacres em escolas. Os portais MJSP e MEC apresentam um aumento significativo na frequência de notícias sobre violência em escolas após o caso do ataque a uma creche em Blumenau/SC⁷. No ano de 2023, foram registradas 29 notícias no portal MJSP e 41 notícias no portal MEC enquanto no ano anterior se registrou apenas uma no primeiro portal.

O conjunto das informações apresentadas nos permite inferir que a violência escolar ainda é um fenômeno arredo, e nos permitimos afirmar que a concepção de violência adotada vem prejudicando a cristalização das práticas violentas na escola. Por exemplo, em meados de março de 2019, no portal do MEC foi notícia: “Rio Grande do Sul reduz em 65% a violência nas escolas do estado”. Diante do contexto neste texto exposto, temos algumas considerações a fazer: 1) cabe mencionar que, no estado, desde 2015 foram implementadas Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (Cipave) de onde derivam ações de cunho preventivo nas escolas; 2) que a mesma Comissão vem realizando o mapeamento de episódios de violência; e 3) que a avaliação foi divulgada há pouco mais de um mês do início do ano letivo, portanto, contando com um recorte reduzido da realidade escolar.

Não se trata de desconsiderar avanços, mas de chamar atenção para o fato de que é considerado uma violência quando se presume que haveria condições para que o fato fosse evitado; ou seja, entende-se a manutenção de uma perceptividade da violência visível, ceifada pela intencionalidade e expressa pela agressão física, o que, para o sociólogo norueguês Galtung (1998), corresponde à violência direta, o que – por si só – é bastante grave. Contudo, é preciso considerar também a violência emocional, a repressão da liberdade, a negação de recursos necessários à sobrevivência, o preconceito e a exclusão social, entre outros, que, para Galtung (1998), são as chamadas “violências indiretas” decorrentes de condições de desigualdade, exploração e injustiça social. Não raro, as vítimas da violência indireta sequer percebem as verdadeiras causas de seu sofrimento, reverberando violências estruturais e culturais.

A aplicação do modelo de Galtung na análise da violência, observada na área da educação, possibilita-nos propor também modos de como reagir as suas manifestações, que vêm se mostrando alarmantes. [...] Em primeiro lugar, parece-me óbvio que só se poderá avaliar devidamente a violência que acontece no sistema educativo mediante uma inicial diferenciação dos tipos de violência que aí ocorrem. [...] [e] ainda assim, ingênuo pensar que as considerações anteriores, feitas a partir do modelo de Galtung, pudessem erradicar a violência que se observa, hoje mais do que nunca, nas instituições educativas. Eu mesmo acredito, no entanto, que elas possam trazer mais luz a essa problemática que, na verdade, preocupa não somente a pedagogia, mas a sociedade como um todo (Flickinger, 2018, p. 446).

Para Galtung, ao desrespeitar as experiências histórico-culturais, as ideologias dominantes tornam-se fontes de poder, de falsa autoridade e de violência cultural (Flickinger, 2018). Esta se trata de uma reflexão da qual não podemos prescindir no campo escolar, pois corre-se o risco de a escola também se tornar um espaço de violência estrutural quando, como instituição, reproduz a incapacidade para o diálogo “não somente entre os jovens, senão, também, entre alunos e

⁷ No dia 5 de abril, um homem de 25 anos invadiu o CEI Cantinho do Bom Pastor, Blumenau/SC, matando quatro crianças e ferindo outras cinco. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghtml>.

educadores” (Flickinger, 2018, p. 438) e, conseqüentemente, autoriza a ausência da família e a falta de respeito em relação às opiniões e comportamentos diferentes. É nesse sentido que retomamos a discussão sobre a importância de uma formação de professores eficaz para a adoção de uma cultura de paz na práxis educativa, de modo a evitar que a escola perpetue o fenômeno da violência.

Considerações Finais

A construção analítica do texto aqui apresentado buscou os conhecimentos da Psicologia da Educação para discutir a violência nas escolas com foco na região Sul do Brasil. A análise propiciou perceber que este é um tema que precisa ser mais investigado nas relações entre a estrutura social e as atitudes violentas na escola. Há uma preocupação latente com o fenômeno da violência, mas a resolução parece estar mais voltada às questões imediatas e aparentes, como o *bullying*. Da mesma forma, quando há atos violentos na escola ou contra a escola, em especial se veiculado na mídia nacional, surgem programas na tentativa de estancar tais comportamentos ou ações consideradas violentas.

O entendimento superficial das violências no espaço escolar induz às coerções como trazer o policiamento como uma parte do efetivo da escola chegando até a criação das escolas cívico-militares. O que sustenta a implementação de programas e políticas desse porte é o entendimento que o indivíduo é violento e que a coerção, a punição e a vigilância constante são necessárias para controlar e condicionar comportamentos aceitáveis socialmente. Dessa forma, toda a configuração social de desigualdade passa a ser pano de fundo, mas não é considerada como constitutiva dos atos violentos. Abre-se assim possibilidades de culpabilizar diferentes pessoas que compõem a escola, desde o estudante violento, pais, comunidade, professores e gestores. A solução é vista de forma focada em alguns grupos específicos, mais suscetíveis ao fenômeno da violência.

É grave a escola ser transformada num espaço de reprodução de violência, produzindo sofrimento e impactando em alguns de seus processos fundamentais: a aprendizagem, o desenvolvimento e a socialização. As análises produzidas neste texto nos permitem compreender a complexidade do fenômeno e sua indissociabilidade do contexto social, histórico, cultural e dialético. Ressaltamos que violência e paz são relacionais, onde a segunda – a paz – é alcançada caso ocorra a ausência da primeira – a violência – e não se trata de utopia. Conflitos e violência não são sinônimos, embora os conflitos possam ser desconfortáveis e muitas vezes disruptivos, eles desempenham um papel essencial na dinâmica social, revelando problemas latentes, o que é ímpar para a prevenção da violência.

Entendemos que a Psicologia da Educação tem como uma de suas funções problematizar as configurações sociais de desigualdade que sustentam e fomentam atos violentos. Dentro de uma perspectiva em que o indivíduo é constituído de forma histórica e social, os conflitos de ideias e posições compõem as relações interpessoais. Contudo, as relações de discordância, por meio de um diálogo ético e respeitoso, devem buscar um entendimento de soluções conjuntas. Ao considerar as raízes históricas de atitudes violentas, das violências simbólicas e demais atos de agressão, a Psicologia da Educação enquanto campo de conhecimento pode auxiliar em uma análise complexa que envolve as pessoas da escola e da sociedade como um todo.

Uma leitura de mundo situada e crítica para os fenômenos da violência na e da escola só se torna possível por meio de uma teoria que propicie o entendimento de que esse fenômeno transcende a escola ao mesmo tempo que a invade. Desta forma, há que se fomentar (in)formações críticas que não só revelem o fenômeno, mas que propiciem seu entendimento e proporcionem que a coletividade consiga buscar soluções a curto, médio e longo prazo.

Referências

- Alves, N. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. *Revista Teias*, v. 4, n. 7, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23967>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- Bernaski, J.; Sochodolak, H. História da violência e sociedade brasileira. *Oficina do Historiador*, v. 11, n. 1, p. 43-60, 2018. Doi: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2018.1.24181>.
- Bohm, V. Agressividade. In: Nodari, L. (org.). *Dicionário de cultura de paz*. Curitiba: CRV, 2021. p. 57-59.
- Cardona, M. G. et al. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: Spink, M. et al. (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2014. p. 123-149.
- Carvalho, M. A.; Barroco, S. M. S. A violência na educação: considerações de professores violentados. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, e223573, 2021.
- Carqueira, D.; Bueno, S. (coord.). *Atlas da violência 2023*. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- Cock, J. C. A. et al. Pesquisas sobre implementação de políticas educacionais no Brasil: um estado do conhecimento. *Educação em Revista*, v. 38, e26769, 2022.
- Deutsch, M. *The Resolution of conflict, constructive and destructive processes*. New Haven: Yale University Press, 1973. Doi: <https://doi.org/10.1177/000276427301700206>.
- Faria G. et al. Produção do GT 20 Psicologia da Educação da ANPEd: expressão da ciência, da educação escolar e da sociedade contemporânea. *Educação*, v. 46, n. 1, p. 1-16, 2023. Doi: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2023.1.44760>.
- Ferraço, C. E. Pesquisa com o cotidiano. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 98, p. 73-95, 2007.
- Flickinger, H.-G. Johan Galtung e a violência escolar. *Roteiro*, v. 43, n. 2, p. 433-448, 2018. Doi: <https://doi.org/10.18593/r.v43i2.16095>.
- Galtung, J. *Frieden mit friedlichen Mitteln*. Opladen: Verlag für Sozialwissenschaften, 1998.
- Garcia-Silva, S.; Lima Júnior, P. L. O papel da violência escolar no abandono da carreira docente: proposta de uma matriz analítica. *Educação e Pesquisa*, v. 48, e238747, 2022.
- Gomes, H. M. Formação docente, currículo e violência escolar: a urgência de uma discussão. *Revista Gestão em Conhecimento*, v. 7, n. 7, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufra.edu.br/index.php/Gestao-em-Conhecimento/issue/view/36>. Acesso 15 maio 2024.
- Grossi, P. K. et al. Implementando práticas restaurativas nas escolas brasileiras como estratégia para a construção de uma cultura de paz. *Revista Diálogo Educacional*, v. 9, n. 28, p. 497-510, 2009. Doi: <https://doi.org/10.7213/rde.v9i28.3304>.
- Grossi, P. K., Gershenson, B., Santos, A. M. Justiça Restaurativa nas escolas de Porto Alegre: desafios e perspectivas. In: Brancher, L.; Silva, S. (org.). *Justiça para o século 21: instituindo práticas restaurativas: semeando justiça e pacificando violências*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/7897>. Acesso 15 maio 2024.
- Guimarães, M. R. *Um novo mundo é possível*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- Hammes, L. J. Conflito. In: Nodari, L. (org.). *Dicionário de cultura de paz*. Curitiba: CRV, 2021. p. 187-193.
- Kohls-Santos, P.; Morosini, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica*, v. 33, p. 123-145, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- Morosini, M. C. Estado do conhecimento e questões do campo científico. *Educação*, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015. Doi: <https://doi.org/10.5902/1984644415822>.
- Morosini, M. C.; Fernandes, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Doi: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>.

- Oliveira, A. R.; Oliveira, N. A.; Protásio, A. R. Recuo da teoria e pedagogia praticista. *Revista Dialectus*, v. 11, n. 25, p. 246-267, 2022.
- Pais, J. M. O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 107-128, 2013. Doi: <https://doi.org/10.20336/rbs.26>.
- Pereira, E. A. *O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2020. Disponível em: <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1440/1/eapereira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023-24: Quebrando o impasse: Reimaginando a cooperação em um mundo polarizado*. Nova York: PNUD, 2024.
- Sá-Silva, J. R.; Almeida, C. D.; Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- Selau, B. et al. O eixo Psicologia da Educação na ANPEd Sul: entre idas e vindas. *Educação*, v. 46, n. 1, p. 1-13, 2023. Doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2023.1.44936>.
- Silva, E. H. B.; Negreiros, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Psicopedagogia*, v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20200027>.
- Simões, E. C.; Cardoso, M. R. A. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 1039-1048, 2022.
- Stecanela, N. O cotidiano como fonte de pesquisa nas ciências sociais. *Conjectura*, v. 14, n. 1, 2009.
- Urbanek, L. J. Justiça restaurativa como possibilidade de afirmação dos direitos humanos e de diminuição da violência na escola pública. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Rio dos Sinos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8760>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- Zequinão, M. A. et al. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 1, 2016.